



ATA Nº 8/2017

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Cando, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta da Presidente de Junta de Freguesia de Asseiceira, procedendo-se à respetiva substituição. Foi também feita substituição do Deputado António Manuel Silva Moreira embora ser ter sido apresentada justificação para a falta até ao dia da sessão. -----

----- Pelas dezassete horas e quinze minutos, verificando-se a existência de quórum (27 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 6/2017 referente à sessão ordinária de 21 de outubro e n.º 7/2017 referente à sessão extraordinária de 18 de novembro. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 6/2017 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 25 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão a Deputada Municipal Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira e o Secretário da Junta de Freguesia de Asseiceira (27 presenças). -----



----- Aprovada a ata n.º 7/2017 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 25 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão a Deputada Municipal Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira e o Secretário da Junta de Freguesia de Asseiceira (27 presenças). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, deu conhecimento da distribuição dos tempos de intervenção de cada grupo municipal no período antes da ordem do dia, sendo que a Coligação Juntos pelo Futuro dispõe de trinta minutos, o Partido Socialista de quinze minutos, a Coligação Democrática Unitária de dez minutos e o MAIS de cinco minutos. -----

----- Colocou ainda à consideração de todos os membros da Assembleia Municipal que os pontos da ordem de trabalhos 14 a 17 possam ser discutidos em conjunto e votado cada um em particular. Esta proposta foi aceite por todos os membros. -----

----- Solicitou ainda que, dada a extensão da ordem de trabalhos, se tivesse algum cuidado e contenção nos tempos de intervenção por parte de todos incluindo os membros do executivo municipal, ressalvando o facto de que se existirem questões que fiquem sem resposta a Câmara Municipal possa dar resposta escrita após a sessão. E se algum dos membros da Assembleia Municipal entender que a deverá solicitar através da Mesa poderá fazê-lo. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Mário João das Neves Flores -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que foi pedido pelo líder de bancada do Partido Socialista um conjunto de elementos que soube agora terem sido remetidos mas que não foram rececionados, não tendo assim a oportunidade de ler. Assim, continuou, relativamente ao relatório de gestão do segundo semestre disse ter-lhe causado alguma estranheza o facto de no mesmo o revisor oficial de contas do Município, e citou, “referir que nem todas as participadas comunicaram a dívida total ao Município”, referindo-se à dívida bruta e ao cumprimento do disposto na Lei das Finanças Locais. Questionou que sendo esta informação obrigatória, quais foram as *démarches* tomadas no sentido de saber qual é a dívida pública das empresas que não reportaram e quando é que serão usados todos os meios ao dispor no Código das Sociedades Comerciais para obter esses valores. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para informar dos resultados da campanha da recolha de alimentos para o Banco Alimentar, que decorreu no mês de dezembro em seis superfícies comerciais da cidade e que envolveu cerca de cento e sessenta voluntários. Disse que foi um ano muito positivo e com um ótimo registo de voluntários, destacando o agradecimento à população do concelho pela generosidade e voluntarismo, incluindo o movimento associativo e demais entidades parceiras nesta iniciativa. Deixou ainda em dados concretos referentes à recolha de dezembro de 2016 (cinco mil duzentos e trinta e oito quilos) e à de 2017 (seis mil duzentos e quarenta e três quilos) e desejou que o crescendo se mantenha de recolha para recolha. -----

----- Enquanto membro eleito para estar presente no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que decorreu em dezembro, deu conhecimento do que mais importante se debateu e afirmou que o facto de Rio Maior ter representação nos órgãos políticos daquela entidade se reveste de grande importância. Relativamente ao tema das novas competências, que foi amplamente debatido, informou que estas não terão efeito automático, ou seja, as autarquias locais e entidades intermunicipais não as vão receber por efeito automático da lei, e que o que a proposta de lei expressa é o estabelecimento de uma mediação, que considera cada vez mais necessária, através de decretos-lei de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da



administração central direta e indireta do Estado e acrescentou que aquilo que se espera é que haja a sua concretização até ao fim do ano de 2021. Disse ainda que, também no âmbito desta temática da descentralização, se abordou a questão da proteção civil e que foi anunciado por parte do Governo a linha de apoio de cinquenta milhões de euros para prevenção das florestas e para o ordenamento, há qual as câmaras municipais e as juntas de freguesia irão estar muito atentas. Afirmou que a expectativa é muita, no sentido de ver a aplicação da mesma e qual o enquadramento que haverá, dizendo que não basta anunciar a medida com um valor tão considerável, há também que saber como e onde deve desenvolvida devendo, em seu entender, os municípios e as freguesias ser chamados a participar nesta discussão e no desenvolvimento do projeto.-

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conhecimento de que a união de freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João tem desde dezembro dois espaços do cidadão a funcionar, agradecendo desde logo em nome da freguesia, não só o convite que a Presidente da Câmara de Rio Maior lhe fez em 2014 para a instalação do espaço do cidadão mas principalmente para agradecer o apoio prestado pela câmara municipal na adaptação do espaço através do financiamento das obras necessárias. Continuou dizendo que esta instalação resulta da assinatura de um protocolo assinado em 2014 entre o Município de Rio Maior e a Agência para a Modernização Administrativa onde a Junta de Freguesia disponibiliza o espaço e os recursos humanos, garantindo a AMA a formação e o fornecimento do equipamento necessário no espaço. Salientou que o espaço do cidadão é um novo modelo de atendimento assistido que garante um atendimento mais próximo das pessoas e funciona como uma extensão da loja do cidadão, disponibilizando mais de cento e setenta serviços dos mais diversos organismos. Deixou ainda o reconhecimento e agradecimento público aos funcionários da freguesia que desde o início mostraram total disponibilidade para assumirem mais este serviço e assi garantir o funcionamento do espaço do cidadão sem que para o efeito fossem recompensados financeiramente por este acréscimo de trabalho não previsto. -

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por dizer que as questões que forem colocadas podem ser respondidas por escrito se houver necessidade. -----

----- De seguida fez uma pequena referência ao Orçamento de Estado 2018 e ao facto de se encontrar prevista a verba para a residência estudantil, situação com a qual a Coligação Democrática Unitária (CDU) se congratula, desejando que efetivamente esta intenção não fique só no papel e se concretize com a construção propriamente dita. ---

----- Relativamente à documentação disponibilizada iniciou por se referir à situação económico financeira do município fazendo algumas considerações e pedindo que lhe fosse esclarecido, em concreto, o quadro em que se insere a posição da câmara com a participação de 26% na Depomor, nomeadamente se a câmara pagou ou não dívidas da Depomor e, se possível, que lhe fosse disponibilizado um breve resumo sobre a situação atual daquela empresa, esclarecendo também o que a câmara tenciona fazer face à sua participação no capital social desta empresa. -----

----- Solicitou ainda esclarecimentos acerca das baixas taxas de execução a que o revisor oficial de contas faz referência e também sobre a diminuição na cobrança de resíduos sólidos que nem sequer foi compensada pelo aumento da venda da água e pelas transferências da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE). Referiu que há uma diminuição da faturação das rendas e que gostaria de saber o porquê e se isto vem por via da situação contratual relativamente à energia eólica e em que ponto é que se encontra a situação do contrato com as eólicas. Afirmou que, lamentavelmente, as despesas mais representativas são referentes a fornecimentos e serviços externos, sendo mesmo as segundas mais pesadas logo a seguir às despesas com pessoal, e que, como é sabido, a CDU não é defensora da externalização de serviços pelo que gostaria que lhe fosse justificada esta situação. Referiu ainda que se verifica um aumento da dívida a fornecedores e um aumento dos prazos de pagamento e que perante isso gostaria de saber o que se passou efetivamente, assim como também gostaria de ver explicada a referência expressa do revisor oficial de contas ao facto de os valores indicados serem calculados de forma diferente do sistema utilizado pela DGAL. Pediu também que lhe fosse esclarecido o que é a “Associação Tempos Brilhantes” à qual é atribuído um valor nas Grandes Opções do Plano de trinta e um mil e quatrocentos euros, quando, numa leitura rápida, se verifica que ao Ninho” é atribuído uma verba de catorze mil cento e trinta e cinco euros. -----

----- Quanto à atividade do município solicitou que se fosse possível lhes pudesse ser fornecida, para além da relação aos processos judiciais em curso, uma informação



relativamente aos processos judiciais findos e qual foi o seu resultado. Solicitou ainda informação relativamente ao concurso de empreitada em que foi aberto para reparação da rede viária no concelho, correção de defeitos de obras, e as razões que deram origem à sua abertura. Solicitou ainda informação quanto ao ponto de situação das obras da EN 114/IC 2 e finalmente que a Câmara lhe pudesse dizer qual é a sua posição, neste momento, face aos baldios, o que pensa fazer e o ponto de situação. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir a duas questões em concreto, sendo a primeira relacionada com a situação de o Partido Socialista (PS) ter sido convocado pelo executivo nos termos do estatuto da oposição para apresentar as suas propostas para a elaboração do orçamento de 2018, o que aconteceu, e não ter obtido qualquer resposta em relação às mesmas, nem mesmo para dizer que não iam ter em consideração nenhuma delas. A outra situação a que se referiu estava relacionada com os discursos da tomada de posse após as eleições e as afirmações que alegadamente o próprio terá feito, lembrando que nesse mesmos discursos todos referiram que agora seriam todos Rio Maior e todos vestiriam as cores de Rio Maior. Chamou, por isso, à atenção que as palavras não coincidem com os atos e que na primeira reunião de Câmara do atual executivo a Senhora Presidente proferiu declarações que, no seu entendimento, são graves não só no conteúdo como na forma, dizendo ainda que se já são graves para uma pessoa sem responsabilidades mais graves se tornam para pessoas que desempenham cargos desta natureza. Deu conta que as afirmações feitas foram discriminatórias ao fazer diferenciação entre as pessoas nascidas em Rio Maior e aquelas que não o são, e disse que quando escolheu fazer de Rio Maior a sua terra e desenvolver a sua vida, nunca pensou que em pleno século XXI houvesse pessoas com responsabilidades políticas que proferissem este tipo de declarações, referindo-se às garantias previstas na Constituição da República e na ofensa que as ditas declarações fazem à mesma. Citou as declarações da Presidente de Câmara relativas ao seu discurso de tomada de posse onde alegadamente se referiu ao facto de as comemorações do feriado municipal terem que ser repensadas dizendo que ser dito que o próprio não considerava importante a homenagem aos riomaiorenses falecidos e a todos os outros porque grande parte dos membros que compõem a bancada do PS na Assembleia Municipal não são naturais de Rio Maior e não têm raízes no concelho que lhes permitam reconhecer a importância desse programa, é uma ofensa. E acrescentou



que ainda mais grave é que tendo sido confrontada por um dos vereadores do Partido Socialista tenha dito que a sua intervenção não foi com sentido discriminatório e que discriminação seria alguém dizer que as comemorações do 6 de Novembro são pouco ambiciosas. Terminou este tema dizendo que se houvesse mais atenção às intervenções dos membros da Assembleia Municipal a Senhora Presidente teria verificado que as afirmações que lhe atribuiu não correspondem minimamente à realidade e que no seu discurso apenas deixou o repto ao executivo que tomava posse para que haja uma maior dignificação das comemorações nobres do município, nomeadamente nas comemorações do 6 de Novembro e em especial nas comemorações do 25 de Abril, nada mais foi dito sobre o 6 de Novembro. Afirmou que estas declarações além de graves, também não correspondem à realidade daquilo que disse e frisou que estas comemorações já existiam nestes moldes muito antes da coligação ter chegado ao poder e, certamente, continuarão a existir após a coligação ou este executivo sair. Em conclusão, disse que estas afirmações não merecem da sua parte qualquer tipo de resposta e questionou se é assim que o executivo pensa cativar investimentos e tratar todos aqueles que escolheram Rio Maior para se estabelecer, sendo atacados apenas por ter uma opinião diferente. Questionou ainda o Presidente da Assembleia Municipal, que se encontra ladeado de dois ilustres riomaiorenses, tal como o próprio e muitos dos presentes, não nascidos em Rio Maior, se se revê e se subscreve as declarações da Presidente da Câmara Municipal. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar os parabéns por várias iniciativas, nomeadamente os Presépios de Sal, que são uma iniciativa da câmara municipal em conjunto com os comerciantes e com a cooperativa dos salineiros tirando partido da bonita paisagem que as Salinas proporcionam e ainda mais nesta época natalícia servindo como exemplo para atrair visitantes ao *ex libris* local e a um dos principais pontos de visita do nosso concelho, visita essa que tem vindo a aumentar com esta iniciativa de sucesso. Deu também os parabéns ao executivo camarário pela colocação da tenda de natal no jardim e pelas demais atividades de época ali existentes porque não existia nada no concelho nesta época festiva para que as famílias e principalmente as crianças se pudessem concentrar e divertir com iniciativas direcionadas para elas. Referiu-se ainda à iniciativa do executivo da junta de freguesia da Asseiceira, a quem deu os parabéns pelas árvores de natal que vieram, de alguma forma, dinamizar a população, as associações, as



coletividades e instituições locais e que, com toda a certeza, será melhor ainda no futuro. Por fim deu os parabéns à escola profissional de Rio Maior pelos seus 25 anos dizendo que bem os merece já que esta é hoje uma escola de referência a nível nacional. -----

----- Terminou fazendo referência ao terrível ano que passou desejando que o próximo possa ser melhor e sem as tragédias que assolaram o país. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar a palavra à Presidente da Câmara Municipal e respondendo à questão que lhe colocaram afirmou que não se revê em qualquer tipo de discriminação nem em qualquer tipo de perseguição ou assédio mas, salientou, também não se revê na autovitimização nem na incapacidade de receber e responder no mesmo tom à crítica, seja ela boa ou má. Que a interpretação do deputado das palavras da Presidente de Câmara, absolutamente legítima, não seria a sua, reconhecendo-lhe todo o direito a sentir-se indignado, mas não se revendo em nada daquilo que o deputado municipal disse. -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção por dizer que é com felicidade que vê que as grandes questões que são trazidas a esta Assembleia Municipal, numa das duas sessões mais importantes do ano, pelo Partido Socialista intervir são assuntos desta natureza, contrapondo com a CDU que demonstra estudo e análise dos assuntos. Acerca da intervenção do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro disse que nessa reunião de câmara também se referiu ao facto de o deputado ter solicitado um gabinete para a oposição ao que respondeu que esse gabinete já existe e a sua utilização é uma opção dos vereadores. Disse ainda que a sua intervenção foi apenas e só de constatação e optou por dar resposta ao discurso de tomada de posse do deputado num momento posterior e no sítio indicado. Referindo-se às comemorações do 6 de Novembro disse que é certo que estas existem desde há muito tempo e muito antes de a própria liderar o executivo municipal mas que quando é dito que há que as repensar afirmou que este ano todos foram convidados a divulgação de um conjunto de obras que foram feitas no final do ano, à semelhança de outros anos que fizemos, nomeadamente o lançamento de um livro e considera que quando é dito que tem que ser repensado não vê qual



poderá a ser a diferença a fazer nesta comemorações com um modelo já antigo mas que enaltece as importância das pessoas e do concelho. -----

----- Acerca das propostas apresentadas pelo PS para o orçamento, nomeadamente a requalificação do leito do rio Maior explicou que esta já está englobada no projeto existente da zona ribeirinha e que se encontra em andamento. Referindo-se à proposta do apoio à natalidade, à família e ao comércio local disse que a Junta de Freguesia já o faz e entende que não deve ser tratado de igual aquilo que é diferente, ou seja, o apoio terá que ser através das competências na área social e efetivamente a quem necessita. Outra das propostas, continuou, seria a redução do IMI e explicou que depois da redução do ano anterior não há agora condições para o fazer novamente já que é necessário fazer investimento e, por isso, necessidade de haver verba disponível para a componente nacional das candidaturas ao Portugal 2020. Sobre a baixa do tarifário da água, que era outra das propostas, esclareceu que existe em orçamento a previsão de um investimento significativo nesta área que poderá, no futuro, criar condições para sustentar este serviço prestado e, a seu tempo, reduzir o tarifário da água. Realçou que para cumprimento do estatuto da oposição, ao contrário do que foi dito, não há a obrigatoriedade de dar resposta às propostas apresentadas, estas são incluídas ou não no orçamento. -----

----- Relativamente às questões colocadas pela bancada da CDU iniciou por dizer que também se regozija pela inclusão da residência de estudantes no orçamento de Estado acrescentando que todos tiveram um papel neste processo. Sobre a situação da Depomor informou que esta empresa no ano de 2016 teve um prejuízo de sessenta e oito mil euros e a câmara honrou o compromisso que tem dos 26,5%, ou seja, transferiu para a Depomor dezoito mil e quinhentos euros depois de aprovado em reunião de Câmara Municipal. Acrescentou que o futuro da Depomor irá ser discutido em reunião de Câmara Municipal e depois será presente Assembleia Municipal e que no momento se encontram a trabalhar e a curto prazo o mesmo será público.-----

----- Referindo-se às taxas de execução disse não entender a questão já que estas foram de cerca de 90% e explicou que o aumento do prazo médio a fornecedores é no documento de 45 dias mas há data desta sessão os dados que constam na DGAL é que o prazo médio de pagamento a fornecedores é de 26 dias. Esclareceu que a “Tempos Brilhantes” é uma IPSS e está responsável pela gestão das atividades de enriquecimento curricular. -----



----- Relativamente aos processos judiciais disse que após estarem concluídos os mesmos deixam de constar da relação apresentada junto à atividade municipal e desta apenas constam os que estão em andamento. -----

----- Acerca da rede viária disse que efetivamente no concurso lançado de cinco lotes houve dois lotes em que a empresa entrou em processo de não cumprimento e foi passada a posição a outra empresa com prazos para cumprir e tendo em consideração toda a situação enquadrada legalmente. Sobre a EN 114 informou que é público que a Infraestruturas de Portugal está a preparar o concurso público para o projeto da obra onde será incluído um conjunto de outras obras que o município irá executar e em relação ao IC2 disse que o compromisso que existe é avançar para uma situação definitiva. -----

----- De seguida, acerca dos baldios, disse que é do conhecimento geral que o município deixou de reconhecer como baldios o local onde está instalado o parque eólico e o ponto de situação é que se encontra a decorrer o prazo pelo qual foi feito o contrato de arrendamento de vinte e cinco anos. -----

----- Acerca do relatório de gestão do segundo semestre disse que esta é uma informação para conhecimento porque as contas só têm que consolidar em junho e até lá as démarches que têm sido feitas para estas empresas apresentarem as suas situações são as habituais, através de notificação, até que as mesmas emitam resposta, sabendo porém que até junho têm que ser incluídas nas contas do município. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Informação sobre a situação económica e financeira semestral do Município de Rio Maior** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Plano Estratégico Educativo Municipal** -----



----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, agradecendo desde logo o trabalho desenvolvido neste plano estratégico e todo o trabalho feito com todos os parceiros da comunidade. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado Mário João das Neves Flores -----

----- Endereçou os parabéns à Vereadora da área porque considera que o plano estratégico está excelente e muito bem elaborado, os valores são quantificados, conhece-se perfeitamente a situação atual da educação no concelho de Rio Maior e projeta para o futuro, nas mesmas variáveis, o que se pode esperar e avaliar a sua execução daqui a alguns anos. Considerou que este plano prova que o município é capaz de fazer bons planos, ao contrário do plano estratégico do turismo apresentado na última sessão e questionou quando é que se vai pegar neste último e reproduzir o que foi feito no da educação. -----

----- Deputada Susana Carla Alves Franco -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Elogiou o plano estratégico educativo municipal realçando que não obstante os elevados valores que se conseguem constatar relativamente à taxa de escolarização estes podem ser derivados de projetos como o qualifica, a educação de adultos e não se consegue perceber efetivamente se os jovens quando transitam do 3ª ciclo para o ensino secundário se vão embora ou se permanecem cá. Considera que esta informação é extremamente importante para se conseguir ter uma oferta formativa e também para perceber se permanecem ou não e isso não é perceptível, nem se tem dados concretos, o que condiciona a criação de oferta adequada às empresas locais e a resposta aos alunos naquilo que são as suas preferências e vontades educativas. Referiu ainda que talvez agora com o projeto-piloto que está a ser aplicado do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva se possa pensar em aplicar novas práticas e alterar a forma de ensino e considerou que isso poderia ser mais valorizado no plano indo ao encontro da necessidade de inovação no ensino. -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se pela conclusão deste plano que foi discutido e participado por todas as forças vivas, instituições educativas e forças políticas representadas na assembleia



municipal à data da sua elaboração, contribuindo todos eles nos mais diversos grupos de foco. Referiu que este plano reflete toda a política educativa para os próximos quatro anos permitindo que o mesmo se posicione, face aos limitrofes, como um concelho que aposta nos seus jovens, na educação e na captação de população e residentes quer em domicílio que flutuante. Disse ainda que neste plano está também enquadrado o projeto para o sucesso educativo no valor de quatrocentos e oitenta e seis mil euros permitindo uma oferta educativa de luxo aos munícipes e a quem queira estudar em Rio Maior porque de facto os jovens de hoje serão os líderes de amanhã. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra à Vereadora da Câmara Municipal com a área para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu, desde logo, que em relação ao plano estratégico para o turismo se trata de uma área completamente diferente e é, pela sua natureza, mais vago e não tão objetivo relativamente ao objeto de estudo e também às estratégias utilizadas para a elaboração do mesmo, desde logo porque foi um plano desenvolvido em conjunto com os cinquenta e sete municípios que integram a entidade de turismo de Alentejo, sendo utilizados os mesmos critérios para todos eles. A seu tempo, disse, será apresentado e dado a conhecer a calendarização do trabalho que se está a preparar para a sua implementação. -----

----- Relativamente ao plano estratégico da educação concordou que é difícil contabilizar o sucesso educativo ao nível do ensino secundário relativamente aos outros níveis de ensino porque, até aí, os alunos passam ou não passam e após o 10º ano podem ter sucesso a umas disciplinas e a outras, haver mudança de curso e/ ou áreas curriculares no mesmo ano ou até para cursos profissionais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 30 votos a favor (30 presenças). -----

----- **Ponto II – 5ª Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa 2017**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que esta modificação vem na sequência da necessidade de arrecadar receita de cerca de cem mil euros proveniente da distribuição do montante transferido para o Fundo de Apoio Municipal em 2016. -----



----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 30 votos a favor (30 presenças). -----

----- **Ponto III – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, Mapa de Pessoal e Atualização de Taxa** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata das linhas orientadoras do município e que para além da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, será também colocado a discussão e aprovação o Mapa de Pessoal para 2018 e a atualização da taxa prevista no artigo 20.º do Regulamento de Exploração da Estação de Camionagem de Rio Maior por remissão do artigo 39.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Desde logo afirmou que este orçamento não é de todo o projeto da CDU, que se trata de um orçamento de gestão corrente, sem um projeto definido e lamentou esse facto porque há questões que são imprescindíveis ao desenvolvimento do concelho e que, em seu entender, não estão plasmadas neste orçamento. Continuou dizendo que entre essas questões está o problema do saneamento do concelho com zonas que ainda não têm este serviço essencial, as questões da requalificação da zona industrial, as questões do Plano Diretor Municipal (PDM), dar início a um projeto de habitação social em todas as freguesias e lamentou que ao analisar as opções definidas no documento aparecem coisas que nem se compreendem bem. Afirmou que a CDU não se revê neste orçamento e indicou o sentido de voto desfavorável essencialmente pelas questões enunciadas e outras mais, como o custo da água e o seu aumento desmesurado e o valor do IMI que poderia ser diminuído para assim aumentar a liquidez dos munícipes e fazer a economia girar. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo** ---

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao problema da falta de água em Malaqueijo questionou se no orçamento está prevista alguma verba para a sua resolução no ano de 2018, já que pelo que pode constatar há uma verba que, em seu entender, é manifestamente curta e se



este valor poderá eventualmente poder ser aumentado ou se será apenas esta a verba para as obras necessárias. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Considerou este um documento estratégico essencial para qualquer executivo assim como a sua discussão por todos os membros eleitos e também muito importante para as freguesias que são parceiras, desde sempre, dos municípios e participantes ativas na construção de um concelho melhor e com melhor desenvolvimento e que esse desenvolvimento seja estruturado, sustentável e responsável. Relativamente à delegação de competências disse que daquilo que se falou com o executivo municipal orça os 14% na dotação para as freguesias em termos de aumento o que reflete aquele que é o esforço financeiro que se exige para esta altura, fazendo uma chamada de atenção àqueles que são os problemas que ainda afetam, não só a freguesia de Rio Maior, mas também todo o concelho, como sejam a rede de saneamento, que urge chegar à sua totalidade, e a rede de abastecimento público de água. Continuou dizendo que a Freguesia de Rio Maior com uma área de 91 km² e a maior percentagem de população necessita desses cuidados assim como na cidade que é onde se concentra a maior taxa e percentagem de população e, por isso, espera que a dotação financeira que este ano foi distribuída para as freguesias, em colaboração com os próprios presidentes de junta, seja, na realidade que se terá de 2018 para 2019, muito diferente mas sempre responsável e dentro daquilo que se sabe que pode ser exequível. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que pretende analisar de forma sintética as grandes linhas de intervenção do orçamento municipal para 2018 e disse que se assiste a uma tendência crescente que vem desde 2015 do valor da receita disponível que avança para quase vinte e três milhões e meio de euros o que representa um aumento de quase dois milhões e meio de euros face a 2017, ou seja um aumento superior a 10%. Considerou que este aumento em conjunto com as práticas de gestão dos executivos anteriores suportados essencialmente na mesma equipa permitiu um aumento do investimento com destaque para as infraestruturas que visam melhorar os equipamentos sociais, modernização da rede viária do concelho, melhoramento do saneamento e do abastecimento de água e ainda um programa de regeneração urbana ambicioso que visa a melhoria da vida dos munícipes e uma maior atratividade turística pretendida por todos. Distinguiu ainda a possibilidade presente de diminuição do endividamento de



médio/longo prazo para pouco mais de sete milhões de euros beneficiando de um decréscimo de quase 24% nos juros e outros encargos face a 2017, ou seja, mais receitas, mais investimento e menor endividamento, tratando-se, por isso, em seu entender, de um muito bom orçamento que tem ainda outros aspetos merecedores de atenção como sejam o aumento em 14% das verbas a transferir para as juntas de freguesia, a manutenção ou mesmo redução dos prazos de pagamento a fornecedores, o não aumento dos impostos, o reforço dos apoios especiais aos mais carenciados e à proteção civil. Salientou ainda que estrategicamente este orçamento visa aproveitar os apoios no âmbito do Portugal 2020 conciliando um valor de quase oito milhões de euros em despesas de capital financiada com receitas da autarquia e não recorrendo a empréstimos. Afirmou ainda que se trata de um orçamento para relançar o futuro, respeitando o presente e tendo em consideração as lições do passado. -----

----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----

----- Disse que da análise possível que foi feita, dado não terem sido rececionados os elementos pedidos pelo líder de bancada do PS, e em especial no que se refere à Desmor existem algumas dúvidas sobre a legalidade do orçamento na sua totalidade. Continuou dizendo que o orçamento de exploração diz que os valores são calculados com base nos registos do ano anterior e mais à frente refere que o aquecimento do pavilhão polidesportivo é feito a eletricidade, não se encontrando para nenhum dos equipamentos no orçamento, muito discriminado, nem custos com eletricidade, nem custos com água, sendo o único equipamento que tem estes custos o gimnodesportivo. Disse que foi pedida a informação referente a todos os contadores de eletricidade municipais para analisar e que perante os dados disponíveis se corre o risco de se estar a subsidiar a Desmor através do pagamento da eletricidade, o que vai contra a Lei n.º 50/2012, porque configura um subsídio à exploração e é ilegal. Disse ainda que dado que o orçamento da Desmor ter como consequência o contrato-programa, que está muito bem calculado mas não contempla estes valores, e obviamente os pagamentos da câmara municipal ao fornecedor da eletricidade, questionou quantos pontos de entrega de eletricidade e quantos pontos de água é que existem na Desmor de forma a poder fazer uma avaliação real de um orçamento que omite valores tão relevantes para a exploração quer do município quer da empresa municipal. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que, ao contrário do que foi dito relativamente a este orçamento ser de gestão, a sua análise do documento leva-a a concluir que este é um orçamento



de investimento. Referiu que sem esquecer a trajetória da redução da dívida que significa um encargo de mais de um milhão e meio de euros dentro do orçamento, e que em oito anos foi já reduzida em dezanove milhões de euros, prevê um investimento sem contração de novos empréstimos, sem prejudicar o investimento e sem prejudicar o cidadão. Realçou ainda o prazo atual de pagamento a fornecedores de 26 dias dizendo que dificilmente haverá muitas câmaras que se podem gabar deste prazo. Disse que num orçamento de vinte e três milhões e meio de euros deve ser realçado o investimento dando-se primazia à área das águas e do saneamento que além de ser um investimento necessário tem também em vista a possibilidade de uma futura redução das faturas de água e que há muito já deveria ter sido feito e que nunca foi efetuado. Salientou ainda o aumento de 14% nas transferências para as juntas de freguesia no que diz respeito à delegação de competências. Terminou dizendo que em tudo o mais faz suas as palavras do deputado Filipe Montez Coelho Madeira. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relativamente ao facto de este orçamento ser apelidado como de gestão corrente questionou se sete milhões de investimento podem ser considerados como tal e ainda, relativamente ao facto de não se fazer uma baixa de impostos, disse que o orçamento de Estado também não a prevê e não foi por isso que a CDU votou contra. Ainda relativamente a esta questão da baixa de impostos disse que o ano passado foi feita uma redução e por força do investimento feito e previsto e a necessidade de entrar com a componente nacional nas obras leva a que uma nova redução não fosse séria e realista face a todo o investimento que se espera realizar. -----

----- Relativamente às questões relativas a algumas rubricas do orçamento disse tratar-se de compromissos plurianuais e que são presentes à assembleia como, por exemplo, o contrato com os Revisores Oficiais de Contas. -----

----- Fez ainda questão de realçar que é com gosto que se vê que algumas das intervenções feitas mostram uma análise séria do documento assim como é séria a apresentação do documento que será depois escrutinado aquando da prestação de contas anual que têm demonstrado uma taxa de execução entre os 80 e os 90%. -----

----- Acerca da Desmor disse que a situação que existe é a mesma que existiu desde a constituição da empresa, o PT é o mesmo que fornece eletricidade à Desmor, à escola profissional e à câmara e o valor que aparece do gimnodesportivo é referente ao consumo pelo PT da Casa do Povo. Disse que é uma situação que se está a estudar para se fazer esse investimento e conseguir alterar esta situação. -----



----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Relativamente à questão das águas esclareceu, de uma forma geral, que discorda de todo quando é dito que este é um orçamento de gestão corrente no que se refere a este pelouro. Disse crer que é um dos orçamentos mais preocupados com esta área dos últimos trinta ou quarenta anos e referiu que quando existiram fundos comunitários para que as infraestruturas pudessem ser trabalhadas e nelas pudesse haver investimento lembrou que a preocupação foi a de construir campos desportivos e outras infraestruturas que hoje em dia trazem muita riqueza ao concelho mas o que é certo, frisou, é que neste momento não existem os mesmos fundos comunitários e, por isso, todo o investimento no saneamento e nas águas, que deveria ser constante, terá que ser agora suportado. Deu conta que esta área foi considerada pelo executivo como primordial neste mandato e vai exigir a custas próprias da câmara municipal, sem recurso a nenhum programa comunitário, um investimento muito lato. No caso particular de Malaqueijo, como há outros, disse que a verba possível inserida em orçamento tem ainda a possibilidade de ser reforçada em abril com o saldo de gerência permitindo então fazer essas intervenções e que o problema de Malaqueijo é essencialmente o facto de o depósito abastece não ter a capacidade para, no verão e altura de maior utilização, conseguir ter a capacidade necessária o que quer dizer que terá que se construir uma depósito maior de apoio. -----

----- No que se refere às ideias apresentadas de diminuição do IMI, da diminuição da tarifa da água, de aumentar a rede de saneamento, de criar habitação social, entre outras, lembrou que os recursos são finitos e, nesse sentido, afirmou que a política de aumentar tudo o que é despesa diminuindo tudo o que é receita já foi prática anterior mas não deu muito resultado. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 8 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco, Mário João das Neves Flores, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Liliana Marques Alonso (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Mário João das Neves Flores** que se transcreve na íntegra: -----



----- “ Esta declaração de voto de todos os membros da bancado do PS refere-se que mantem-se as dúvidas sobre a existência de subsídios à exploração na empresa municipal Desmor.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “ Espero não ficar conhecido como o membro da Assembleia que faz declarações de voto em constante dissonância com o seu grupo partidário mas, tal como na sessão anterior, vejo-me levado a fazer declaração de voto dado que votei a favor deste orçamento e explicar os motivos pelo qual, nomeadamente, se calhar, corroborar aquilo que o meu colega João Rebocho fez, porque entendo que nesta fase inicial as diferenças entre o mundo rural e a periferia, eventualmente mais ruralizada, e o centro do município carecem de defensores e carecem de elementos que o tragam para o debate público e só o faço porque entendo que a assembleia é o local ideal para o fazer e também porque pelo volume de informação que existe associado a estes fóruns de discussão, como é a assembleia municipal, levam a que nós tenhamos que optar por alguns pontos de análise e, no meu caso, o meu papel, a minha função, escolher, selecionar aquilo que diz respeito à freguesia que represento e às formas ou estratégias que entendo válidas para angariar elementos ou parceiros que o defendam em qualquer circunstância. De modo que entendo que este orçamento, enquanto orçamento associado ao início de mais um mandato, demonstrou-me, desde logo, que há uma intenção clara de apoiar o mundo rural dentro do município onde estamos. Nesse modo, eu entendi que deveria aqui frisar uma consonância relativamente ao modo como tem sido explícito isso no terreno. O executivo ao qual eu pertenço manifestou, em unanimidade quase, a satisfação pela forma como tem sido verbalizado e a retórica que tem sido utilizada para expressar essa preocupação face à diferença que há entre o centro do município e a periferia do município. Eu tenho essa vantagem porque me desloco com frequência, outras pessoas o farão, mas eu próprio que ainda estou a dar os primeiros passos nesta função, se bem que estou associado há algum tempo à assembleia de freguesia onde já era o local onde isto deve ser formalizado, portanto eu entendo que isto não deve ser discutido e analisado apenas fora do âmbito informal, deve ser trazido aqui para ficar registado, e portanto foi com alguma expectativa que vimos a forma como foram sendo ditas e expressadas vontades relativas ao mandato



pelos responsáveis pelo atual executivo relativamente às áreas de intervenção à qual nós somos gratos e a expectativa que fica é, de certa maneira, relativa à forma como os meios irão ou ser ou não atribuídos em função disso. Mas fica desde já patente uma experiência bem evidente, ou seja, as pessoas dão a entender que sabem do que falam, talvez por ser tão visível que vêm de áreas ligadas à junta de freguesia e que de certa maneira têm uma sensibilidade diferente para este tipo de coisas, mas que de facto nos agrada porque, muito embora eu assuma esta função de presidente de junta de uma freguesia com uma dimensão relativa, não é?, e que me suscita mais o debate para áreas mais elevadas em termos da política, mas começo já a ficar também de certa maneira satisfeito também quando na base, como se fosse quase uma pirâmide de maslow, para introduzir aqui alguma questão técnica, ou seja, para pensarmos em algo mais elevado há que haver alguma base que esteja sustentada, ou seja, nós com fome não conseguimos apreciar uma peça de teatro ou um espetáculo musical e eu, de facto, também começo a ficar contente quando vejo as valetas, por incrível que pareça, limpas ou a capacidade de execução dentro daquilo que é o território ao qual eu pertença. E também fico contente até porque vou ouvindo pela via menos positiva, ou seja, pelo facto de ter existido tantos incidentes, tantos elementos negativos ao longo deste ano, leva a que hoje o mundo rural seja entendido de uma forma diferente e ainda hoje o ministro da agricultura falava num mundo rural vivo e ocupado, o que está de certa maneira em consonância com aquilo que nós entendemos, ou seja, o objetivo é, não só, limpar valetas, recuperar aquilo que é a estrutura mas colocar pessoas a circular pelo território em que vivemos. É claro que isto é uma primeira etapa e portanto nós não queríamos hipotecar a possibilidade disso ser uma mais-valia até porque entendemos que a nossa função aqui é trabalhar aquilo que são as partes comuns do nosso território. É claro que depois entendemos que há aqui uma componente que poderá ser trabalhada ao longo do mandato e que tem a ver um pouco, e esse é o desafio que eu deixaria, que é a relação que temos nós entre as pessoas que estão ligadas ao mundo rural, ou seja, os presidentes de freguesia e o modo como nós aqui podemos cooperar com estruturas já existentes e se somos capaz de nos associar enquanto elementos que depois com a capacidade instalada possam criar mecanismos que resolvam os problemas concretos das pessoas. Fica o repto, esperemos que existam meios para fazer jus às expectativas que foram criadas.” -----

----- Ponto IV – Contratação de empréstimo de curto prazo, até ao montante de 900.000,00 euros para apoio a dificuldades de tesouraria, a vigorar em 2018 -----



----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata da contratação, em 2018, de empréstimo de curto prazo até ao montante de 900.000,00€, com prazo até 31 de dezembro, taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses e Spread de 0,60%, acrescido de comissão de abertura de 270,00 euros, ao Banco Português de Investimento. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 28 votos a favor (28 presenças). -----

----- **Ponto V – Contrato Programa para o ano de 2018 Desmor, E.M.S.A** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata da celebração do contrato programa para o ano de 2018 entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, E.M., S.A., lembrando ainda que este contrato programa vai a visto do Tribunal de Contas à semelhança de todos os anteriores, que têm sido sempre aprovados sem questões e sem dúvidas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Disse que se trata de um contrato onde se pretende uma compensação pelo município através de subsidio de exploração pela prática de preços especiais mais baixos que os de mercado cedendo a Desmor, por sua vez, a utilização dos equipamentos desportivos para estudantes bem como o acesso às piscinas pelo público entre outras cedências e serviços. Referiu que este está suportado pelo sistema de monitorização controlado por indicadores de eficiência e eficácia promovendo assim boas práticas neste tipo de parcerias. Salientou que este contrato não acarreta mais custos relativamente aos acordados em 2017 e deixou o desafio à administração para, em conjunto com a câmara, poder definir e delinear um plano para o crescimento da sua atividade e das receitas da Desmor. Considerou que este contrato merece a aprovação de todos e o sentido desta aprovação deve igualmente ser entendido como um elogio à sua gestão quer a realizada nos anos recentes como a prevista para 2018. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins e Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira (25 presenças). -----



----- **Ponto VI – Taxa Municipal Direitos de Passagem – 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que a mesma é a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25% para o ano de 2018. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 28 votos a favor (28 presenças). -----

----- **Ponto VII – Lançamento de Taxa de IMI – 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que a mesma apresenta os seguintes propostas para as taxas de Imposto Municipal sobre os Imóveis: Fixar a taxa de IMI em 0,38% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI; Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono; Não propor qualquer alteração à taxa de IMI prevista nos n.ºs 6, 7 e 12 do artigo 112.º do CIMI. Disse ainda que da proposta consta ainda a proposta de reduzir a taxa do IMI, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Indicou o sentido de voto desfavorável em relação a este assunto e disse ainda, em resposta ao Senhor Vice-Presidente, que pese embora os recursos serem finitos existem várias alternativas para o seu uso e, por isso, é sempre uma opção de projeto e cada um tem o seu. Acrescentou que a CDU considera que o que haveria de acontecer era uma aproximação aos valores mínimos que a lei prevê, havendo uma redução que levaria a que os riomaiorenses tivessem mais poder económico que levaria a um conjunto de outras possibilidades que levariam a uma melhoria das condições de vida de todos e de Rio Maior em si. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Congratulou-se com a manutenção das reduções do IMI para as famílias com dependentes, nomeadamente porque em Portugal é importante fomentar a natalidade.



Acerca da intervenção que o antecedeu, disse ter ficado um pouco perplexo pois nesta, acerca do orçamento, defendiam a baixa de imposto e agora, que se continua com uma baixa de impostos votam contra. Afirmou que o IMI poderia baixar mais ainda mas não se pode querer investimento e serviços de qualidade sem haver receita, é deste círculo virtuoso da arrecadação de receita e execução de investimento que se consegue promover o crescimento de Rio Maior. Face a isto realçou que a taxa de IMI é reduzida para famílias que tenham um dependente em vinte euros anuais, para as famílias com dois dependentes quarenta euros anuais e três ou mais dependentes setenta euros anuais. Tomam-se assim medidas que promovem a fixação de casais, o seu direito à habitação própria e o incentivo à natalidade. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relembrou que no próprio orçamento de Estado o Governo também não baixou impostos e a CDU também não votou contra e que relativamente às opções que podem ser tomadas disse que em democracia este foi o programa que foi sufragado por larga maioria dos riomaiorenses. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 9 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco, Mário João das Neves Flores, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Liliana Marques Alonso (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: -----

----- “O Partido Socialista votou contra esta proposta porque vai contra as nossas propostas que apresentamos aos riomaiorenses no nosso programa eleitoral e nas propostas que apresentamos ao executivo para elaboração do orçamento deste ano.”--

----- **Ponto VIII – Participação Variável de IRS – 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que é a mesma do ano anterior e é que seja fixada a taxa de participação de 4,8% sobre o IRS, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----



----- Indicou o sentido de voto como desfavorável porque entende a CDU que os portugueses pagam os seus impostos, e pagam muito, e não entende que esta seja uma forma correta para ter recursos para apoio social do município, como é referido no documento e que o caminho seria outro. -----

----- Posto isso, disse que é exatamente no exercício da democracia que a oposição tem o direito de se manifestar e de reiterar os seus programas eleitorais e esclareceu que a CDU em Rio Maior é uma coisa e nos outros locais é outra, uma nada influencia a outra. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- No que toca a este imposto e à participação do município no mesmo disse que acredita que este será sempre o primeiro órgão a querer onerar o menos possível os munícipes e os seus orçamentos mas infelizmente, continuou, o dinheiro é necessário para o investimento e prestação de serviços. Por outro lado, referiu, de todos os impostos municipais este vislumbra-se como o mais justo do ponto de vista social, uma vez que não se paga um valor fixo mas sim com base no rendimento que cada um auferiu no ano transacto, parecendo-lhe, assim, que a taxa fixada em 4,8%, à semelhança do ano passado, permitirá ao município ter uma ajuda para fazer face aos seus investimentos e continuar o incremento da qualidade de vida que tem permitido aos riomaiorenses. Referiu ainda que esta proposta reflete o valor possível, viável e coerente com a gestão responsável que este município tem seguido e que espera que, no futuro, com o continuar deste bom caminho e com esta gestão ponderada e acima de tudo responsável seja possível uma nova redução. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor, 2 votos contra das Deputadas Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Liliana Marques Alonso e 8 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco, Mário João das Neves Flores e o Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas (31 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Anabela da Costa Azenha** que se transcreve na íntegra: -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Esta participação encontra-se quase no seu limite máximo, o PS considera que ter-se baixado este valor seria um sinal muito positivo, não só das contas do município como também desagravamento para algumas famílias do concelho que já cá moram e outras que poderiam vir para cá e que são importantes para a economia do mesmo.”---

----- **Ponto IX – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que a mesma é fixar a taxa de derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC relativo ao exercício económico de 2017; conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2017 às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação; e conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2017 às empresas com volume de negócios inferior a 150.000€ que, durante esse ano, tenham criado, no mínimo, 2 novos postos de trabalho efetivos no concelho, conforme previsto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Referiu que a taxa máxima é de 1,5% sendo que foi fixada em 1,3% e que podia ser ligeiramente inferior e assim fomentar ainda mais a instalação de empresas no concelho. No entanto, para garantir o nível de investimento, que se pretende no futuro imediato e que está plasmado neste orçamento e no futuro a médio prazo, há que ter contas sustentáveis. Mais uma vez questionou a quem advoga a baixa destes impostos e o aumento de serviços e investimento, como é que se pode ter ambos sem haver receita e equilíbrio fomentando, a pouco e pouco, o crescimento sustentado de Rio Maior. Disse ainda que esta é uma pequena medida, como as anteriores e as seguintes, que permitem o crescimento sustentável, o investimento e a fixação das pessoas porque o município não pode crescer à custa dos impostos mas também não pode crescer sem a ajuda das pessoas e das empresas que se fixam e se mantêm a laborar no concelho.-

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 8 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco,



Mário João das Neves Flores e o Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas (31 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Neste ponto concordamos com as exceções vertidas nos pontos 2 e 3 da deliberação do executivo municipal no que às isenções diz respeito, não podemos concordar com a regra do ponto 1 que foi fixar a taxa da derrama em 1,3%, ou seja, um valor muito próximo do limite máximo que é 1,5%, foi fixado 1,3%. Tendo em conta que necessitamos de mais investimento em Rio Maior e atentos à competitividade territorial, designadamente a política seguida pelos concelhos vizinhos sobre esta matéria, seria prudente uma taxa de derrama mais baixa se não a isenção total, daí a nossa abstenção.” -----

----- **Ponto X – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – Ano de 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que a mesma é que seja emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: a) quando resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) quando os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se faça quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; que possa vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública; que o regime de autorização ora proposto se aplique à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2018, desde que respeitadas



as condições contantes dos n.ºs 1 e 2; e que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 31 votos a favor (31 presenças). -----

----- **Ponto XI – Bombeiros Voluntários – Isenção Parcial do Imposto sobre Imóveis** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que a mesma é que as regras para a concessão de isenção parcial de Imposto Municipal de Imóveis e a isenção mencionada na tabela anexa à certidão a emitir, conforme o previsto no n.º 2 e 3 do art.º 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais Lei 73/2013 de 3 de Setembro, nos seguintes termos: entre cinco e dez anos de serviço completos, 5%; entre onze e quinze anos de serviço completos, 10%; entre dezasseis e vinte anos de serviço completos, 15%; e mais de vinte anos de serviço completos, 20%. Disse ainda que conforme proposta apresentada para que se possa usufruir deste benefício devem ser entregues os devidos comprovativos constantes da proposta. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Endereçou os parabéns ao executivo por este regulamento contudo a CDU considera que ainda é pouco e deveria repensar-se este assunto e alargar o âmbito do mesmo no sentido de se reconhecer aos bombeiros o tanto que eles dão perante o tão pouco que lhe é possibilitado. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 31 votos a favor (31 presenças). -----

----- **Ponto XII – Proposta de atribuição dos benefícios fiscais a Investimentos de Relevante Interesse Municipal, previstos no Código Fiscal do Investimento** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que as regras que se propõem para a atribuição dos benefícios fiscais previstos no Código Fiscal do Investimento, definidas conforme o previsto no n.º 3 do art.º 16.º da RFALEI, e atendendo ao definido no Código Fiscal do Investimento, são as seguintes: 1. Podem beneficiar do



reconhecimento de um investimento de relevante interesse para o concelho, os sujeitos passivos de IRC que preencham cumulativamente as seguintes condições gerais: disponham de contabilidade organizada; não sejam devedores ao Estado e à Segurança Social; não sejam consideradas empresas em dificuldade nos termos da comunicação da Comissão Europeia – Orientações relativas aos auxílios estatais a empresas não financeiras, em dificuldade; se mantenham na empresa e no concelho durante um período mínimo de 10 anos. -----

----- 2. São cumulativamente os seguintes critérios para o reconhecimento do relevante interesse municipal dos investimentos: valor do Investimento a realizar em aplicações relevantes ser superior a 1.000.000,00 euros; criação de postos de trabalho a criar ser superior a 5. -----

----- 3. Consideram-se aplicações relevantes, as definidas no art.º 11.º do Código Fiscal do Investimento: ativos fixos tangíveis afetos à realização do projeto, com exceção de: terrenos destinados à exploração de concessões minerais, que não se incluam em projetos do setor da indústria extrativa; edifícios e outras construções não diretamente ligados ao processo produtivo ou às atividades administrativas essenciais; viaturas ligeiras ou mistas; outro material de transporte no valor que ultrapasse 20 % do total das aplicações relevantes; equipamentos sociais; outros bens de investimento que não sejam afetos à exploração da empresa; mobiliário e artigos de conforto ou decoração, salvo equipamento hoteleiro afeto a exploração turística. -----

----- Ativos intangíveis, constituídos por despesas com transferência de tecnologia, nomeadamente através da aquisição de direitos de patentes, licenças, «know-how» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente. -----

----- 4. Os projetos reconhecidos como de relevante interesse municipal, nos termos dos pontos anteriores, podem receber cumulativamente os seguintes incentivos: isenção de IMT relativamente aos imóveis adquiridos pelo sujeito passivo, desde que destinados ao exercício da atividade desenvolvida pelo projeto considerado de relevante interesse municipal; isenção de IMI, relativamente aos imóveis utilizados pela entidade beneficiária desde que afetos ao exercício da atividade desenvolvida pelo projeto considerado de relevante interesse municipal. -----

----- 5. Os benefícios fiscais definidos no número anterior poderão ser concedidos por um período de 5 anos, renovável por mais 5 anos. -----

----- 6. Documentos instrutórios do pedido de concessão de benefícios fiscais: certidão da conservatória do Registo Predial ou declaração de início de atividade emitida pela



Administração Fiscal; declaração, sob compromisso de honra em manter afeto à atividade o apoio a conceder, bem como o compromisso de manter a atividade durante um período mínimo de 10 anos; documento comprovativo do cumprimento das obrigações fiscais junto da Autoridade Tributária e Segurança Social; requerimento a solicitar os benefícios fiscais previstos no n.º 4, ao qual se deve juntar cópia do contrato promessa/escritura do negócio a realizar. -----

----- 7. O requerente deverá ainda fornecer anualmente ao Município, até ao final do 1º semestre, durante o período de vigência dos benefícios fiscais concedidos: comprovativo do cumprimento das obrigações fiscais; mapas de pessoal; balanço e demonstrações de Resultados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Indicou que a CDU se irá abster neste ponto porque é dito na documentação que a câmara tem sido contactada para a instalação de investimento e assim sendo irão aguardar que possam aparecer os efeitos desta decisão e esclareceu que esta abstenção não é por estarem contra a criação de um projeto deste tipo o que a CDU entende é que isto deveria resultar de uma política integrada, amiga das famílias, das pessoas, ser apresentado um projeto global e não estarmos perante tomar uma decisão relativamente a um documento que dá a sensação que o executivo foi a “reboque” das solicitações que teve. Considerou que esta questão deve ser analisada em profundidade interligando-a com aquilo que lhe respeita e no futuro próximo apresentar uma proposta organizada, global e que vise a criação de incentivos que possam proporcionar o crescimento de Rio Maior. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- No que respeita a esta proposta disse que, mais uma vez, se está a fomentar o empreendedorismo e o investimento no concelho. Considerou que esta é uma ferramenta que permite e é aplicável a todo e qualquer investimento que preencha os pré-requisitos definidos na lei e plasmados neste documento e enquadra-se num futuro de tornar o concelho de Rio Maior amigo do investimento e da instalação de novas empresas. Mais ainda é a pedra-de-toque de um futuro regulamento de apoio à atividade económica e empreendedorismo que integrará, não só esta ferramenta, mas também. Através da promoção deste pelo país fora e além-fronteiras, poder-se-á garantir as condições de atratividade e igualdade para todos os que queiram investir em Rio Maior, tornando-nos assim competitivos e atrativos para mais investimento. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Liliana Marques Alonso (29 presenças). -----

----- **Ponto XIII – Projeto de Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de aprovar o projeto do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Disse que é unânime que esta revisão a este regulamento vem dar continuidade ao apoio aos jovens mais carenciados, criando iguais oportunidades, premiando o desempenho para os jovens que ingressem no ensino superior. Afirmou que é de louvar este tipo de iniciativas e a existência deste tipo de regulamentos e acrescentou que é claramente de se aprovar este projeto de regulamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 30 votos a favor (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Presidente da Câmara para apresentar os pontos XIV a XVII e abriu as inscrições para a discussão dos mesmos. --

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou as propostas da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e referiu que à semelhança de situações anteriores, os pedidos têm enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e na Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, que se trata de um regime extraordinário que permite que mediante certos requisitos as empresas possam ver a sua edificação e atividade regularizadas nos termos da lei. Referiu que ao município compete a emissão da declaração do interesse público municipal para integrar o processo de regularização a entregar na entidade competente para decidir. Acrescentou ainda que o reconhecimento do interesse público municipal é da competência da Assembleia Municipal e, como tal, a Câmara Municipal remete os pedidos que reúnam as condições para deliberação. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----



----- Interveio para falar um pouco sobre a sua freguesia e a questão das suiniculturas e trazer à assembleia uma questão que é sensível à maioria das freguesias dizendo que desde que existe uma ligação à vida pública na freguesia que foi encetado um trabalho de relação com os produtores para atenuar um pouco aquilo que era um problema entre a necessidade dos produtores e as exigências em termos de qualidade de vida da população. Disse que fala de uma freguesia de baixa densidade onde se desenvolve um trabalho ainda com alguma duração para gerir estas questões da qualidade de vida e do desenvolvimento económico e do progresso até das localidades. Referiu que esta situação tem muito a ver por um lado com a concentração de animais no mesmo espaço e por outro com uma grande vontade de permanência quer das pessoas no seu local habitual quer dos produtores na execução das atividades para a qual lançaram enquanto desafio, enquanto forma de vida. Disse ainda que a questão animal está sempre relativamente presente e que cada freguesia terá uma opinião relativamente a isso sendo que atualmente a sua freguesia não se encontra muito pressionada por essa questão, já que a economia acaba, por vezes, por dissipar esses fenómenos, à semelhança do que aconteceu com a questão dos químicos e das vinhas. Saliu que existirá sempre uma contrariedade entre aquilo que é a necessidade económica e o que são as necessidades de qualidade de vida das pessoas, verificando-se mesmo que em alguns casos porque a atividade económica diminuiu aumentou a qualidade de vida. Disse que à partida se iria abster porque muito embora se defenda a existência de explorações e de atividade económica considera que se deve ter em atenção o impacto nas populações do nível de concentração de animais no mesmo espaço, que é o que de facto faz toda a diferença. Entendeu, por isso, que deveria fazer esta intervenção relativamente a uma experiência concreta, reforçando que nada tem contra qualquer tipo de exploração económica e que a atividade e o progresso económico é um bem essencial à vida dentro destes territórios. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Referiu que se trata de uma matéria que gera sempre muita controvérsia e lembrou que se trata de uma legislação com algum tempo que tem vindo a ser prorrogada e solicitou que, caso fosse possível, lhe fosse informado se alguma das situações que foi votadas na assembleia já teve conclusão e quais foram os resultados. Indicou que, à semelhança das restantes situações, o sentido de voto será favorável. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----



----- Disse tratar-se de uma matéria bastante sensível, já largamente debatida, e lembrou que existe por todo o país uma quantidade significativa de explorações que não dispõem de licenças de exploração ou licenças de utilização por desconformidade com os planos de ordenamento do território em vigor e que em muitas outras situações têm até licenças mas não podem expandir-se e licenciar-se porque a lei em vigor não o permite. Considera que não facilitar a legalização destas atividades é dificultar a sua melhoria e o seu controle designadamente na questão ambiental porque se não for conhecida e identificadas, continuam a laborar em desconformidade com os prejuízos que poderão daí advir. Disse ainda que algumas delas, apesar destes elementos que estão a deliberação, não irão conseguir o licenciamento para laborar. Lembrou que estas unidades criam emprego, contribuem de forma significativa para a economia local e nacional e, ou se ordena o seu encerramento ou se legalização. Referiu que a legislação aplicável veio permitir o licenciamento destas comunidades produtivas desde que reúnam as condições que permitam a sua regularização em especial as de impacte ambiental, o que quer dizer, acrescentou, que este reconhecimento que é pedido à Assembleia para deliberar não dispensa os interessados de terem que cumprir todas as outros formalismos e requisitos necessários à sua legalização e que esta votação não configura a emissão automática da licença de utilização ou de exploração. Terminou dizendo que é preferível trazer para o conhecimento esta unidades produtivas do que mante-las na clandestinidade, daí a sua razão de votar favoravelmente. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que em relação aos processos e à sua tramitação estes continuam a ter desenvolvimento e que, por norma, demoram bastante tempo e envolvem muitas entidades para se chegar ao resultado final. -----

----- **Ponto XIV – Reconhecimento de Interesse Público Municipal em nome de Vale Carregado, Agro-pecuária, Lda – Processo nº133/2017** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 10 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, José Casimiro Fróis Ferreira, Inês Guerra Vargas, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco, Mário João das Neves Flores e o Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas (30 presenças). -----

----- **Ponto XV – Reconhecimento de Interesse Público Municipal em nome de Fernando Paulo Pires Carvalho – Processo nº151/2017**-----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 8 abstenções dos Deputados Municipais Inês Guerra Vargas, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco, Mário João das Neves Flores e o Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas (30 presenças).

----- **Ponto XVI – Reconhecimento de Interesse Público Municipal em nome de Suipac – Agropecuária, Lda. – Processo nº173/2017** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 18 votos a favor e 12 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, José Casimiro Fróis Ferreira, Inês Guerra Vargas, Hilário da Silva Santos, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco, Mário João das Neves Flores e os Presidentes da Junta de Freguesia de Arrouquelas e da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz (30 presenças). -----

----- **Ponto XVII – Reconhecimento de Interesse Público Municipal em nome de Cooperativa Agrícola dos Produtores de Sal de Rio Maior, C.R.L. – Processo nº234/2017** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 2 abstenções dos Deputados Municipais José Casimiro Fróis Ferreira e Inês Guerra Vargas (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado José Casimiro Fróis Ferreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstive-me pela situação que sou parte interessada no ponto.”-----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente às minhas abstenções, estas prendem-se efetivamente com o facto de os processos estarem insuficientemente instruídos, uns no que diz respeito ao número de funcionários outros ao volume de negócios outros ainda, a maioria dos três pontos relacionados com a área da suinicultura, com o enquadramento ambiental e a política ambiental e de exploração. Tratando-se de instalações que, neste caso efetivamente estão licenciadas e importando ainda que no caso de uma delas se trata de a construção de, por exemplo, balneários para o funcionário, essa diz que tem um, e trata-se dos balneários, esquece-se, não fala por exemplo, de qualquer forma de tratamento dos resíduos, dos dejetos ligados à produção. Mais ainda, numa delas



verificamos que se trata de uma pecuária com sensivelmente 1000 m², num terreno que totaliza mais ou menos meio hectare. Esta, nada refere relativamente aos tratamentos dos resíduos, referindo-se ainda, e pasme-se, trata-se de um volume de negócios de cento e cinquenta milhões de euros, não teve o cuidado de referir nada em particular aplicável a esta exploração, sendo que no preâmbulo informa que é a política deste grupo instalar-se em grandes espaços para que possam incorporar os dejetos dos suínos na agricultura, nas terras limítrofes, ora em meio hectare não existe!, Havendo a hipótese, de facto, de fazer o transporte para um outro local, nem isso tiveram o cuidado de referir. Portanto, advém do exposto a razão de meter absterido nuns pontos e ter votado favoravelmente noutros. Não se trata de ser contra esta área de atividade, que não sou contra nenhuma, mas acima de tudo com a forma e o cuidado, com que se apresentaram os documentos a esta assembleia que não foram suficientes, de todo, para nós aferirmos relativamente à exequibilidade, à prossecução ou não do objeto de cada uma destas sociedades nos locais que elas pretendem continuar a laborar. Finalmente, no respeito à cooperativa agrícola dos produtores de sal, como é sabido não há a mínima dúvida, não se tratam de muitos postos de trabalho, é um facto, mas trata-se de algum com alguma relevância e falo de memória entre doze e vinte. Não obstante não resta a mínima dúvida a nenhum de nós que é uma prática ancestral que deu origem a toda aquela localidade e que é o *ex libris* de todo o nosso concelho. É ainda uma localidade que é *sui generis* em todo o país e também no estrangeiro, daí extrai-se o sal-gema já há cerca de mil anos. Para a prossecução da sua atividade há a necessidade tão só de criar condições de armazenamento e de embalagem. Mais ainda, na ausência de um plano de pormenor que urge efetivamente implementar, foram construídas as instalações necessárias à prossecução do seu objeto e da vivência das próprias salinas em si, mas sempre respeitando de todo em todo, na sua plenitude, a paisagem e a especificidade do local. Não se trata tão pouco de ocupar território que efetivamente no nosso atual PDM, que tanto, como tantos no país, tardam em ser revistos, não prevê a construção e situa em RAN/REN, mas efetivamente aquela zona não é, nem será nunca, explorada em termos agrícolas porque não é passível de tal pela sua pequena dimensão e a proximidade extrema dos próprios talhões das salinas.”-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.-



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor Alexandre Jacinto - Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conta de uma preocupação sua e também para deixar um alerta à Câmara Municipal relativamente à rede viária da freguesia de Arrouquelas, nomeadamente a Estrada Municipal 510. Disse já terem sido alertadas todas as entidades competentes para a perigosidade que uma das curvas dessa estrada apresenta e onde já se deram cerca de vinte acidentes nos últimos tempos, alertando mais uma vez para que a câmara possa, conjuntamente com os seus técnicos, averiguar a situação e não se focar somente na causa, considerando que é importante colocar lá um sinal com a maior brevidade possível que identifique a perigosidade daquela curva para que assim se possa evitar acidentes com maior gravidade. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Respondendo à questão colocada pelo público informou que a situação está acautelada pelo Presidente da Junta já tendo sido, inclusive, realizadas visitas ao local e para a qual haverá uma solução e correção dessa necessidade. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de encerrar os trabalhos deu conta que o Prof. Augusto Figueiredo o contactou no sentido de transmitir os votos de boas festas a todos e desejou também, em seu nome e em nome da Mesa, os votos de continuação de boas festas e um fabuloso ano de 2018. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram vinte horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----



----- O PRESIDENTE DA MESA: _____

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO: _____

----- A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____